

Cristovam Buarque

O que fazia em 1979?

Até o dia 15 de março, estava no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Comecei a trabalhar no BID em 1973, a partir de 1975, em Washington. No dia 15 de março ingressei na Universidade de Brasília, como professor, depois de nove anos no exterior.

Participou do movimento pela Anistia?

Não. Estive fora do país por toda a década de 70.

Foi exilado?

Nunca deixei de ter passaporte brasileiro. Nunca foi oficialmente exilado político. Mas saí do Brasil depois que a repressão chegou muito perto de mim.

O que mudou na sua vida de lá para cá?

Poder viver sem medo, falar sem medo, escrever sem medo.

Para o senhor, qual a importância história da Anistia?

A Anistia permitiu a incorporação de lideranças na vida política e social do Brasil.

Recebeu indenização por causa da Anistia? Quanto?

Não recebi, nem pedi. Acho que não mereço, embora não tenha sido contratado como professor pela Universidade Federal de Pernambuco depois de um concurso para a Faculdade de Economia. Mas seria injusto receber atrasado por esse período, se eu segui a vida com outros empregos.

Acha justo o recebimento/pagamento de indenizações?

Defendo a indenização para quem ficou com fortes sequelas da repressão, ou para as viúvas. Para os heróis, defendo nomes de ruas, não contas bancárias.

Crimes de tortura têm prescrição ou não?

A história tem que ser conhecida. A Anistia foi para todos: não pode haver, portanto, punição. Mas isso não significa apagar da história o que houve. O país tem o direito de saber os nomes de todos os torturadores e guerrilheiros e o que eles fizeram. Anistia não é amnésia.